

INTERSETORIEDADE ENTRE POLÍTICAS URBANAS: DILEMAS POLÍTICOS,
ECONÔMICOS, INSTITUCIONAIS E PARTICIPATIVOS

INTERSECTORAL BETWEEN URBAN POLICY: POLICY DILEMMAS, ECONOMIC,
INSTITUTIONAL AND PARTICIPATORY

Wesley Medeiros¹

Resumo

Neste trabalho são discutidos alguns dilemas intersetoriais entre políticas públicas urbanas setoriais e PAC Urbanização de Assentamentos Precários, a partir da experiência de urbanização do assentamento Guarituba na Região Metropolitana de Curitiba. Desse modo, os resultados possibilitam interpretações da realidade estudada de modo a ampliarmos as compreensões da importância da intersectorialidade entre políticas públicas e ações governamentais em curto prazo, a partir de algumas deseconomias observadas: políticas, econômicas, institucionais e participativas. Desse modo, o trabalho busca contribuir para o debate político e científico sobre a importância da intersectorialidade política.

Palavras Chaves: Intersetorialidade Política, PAC Urbanização de Assentamentos Precários, Políticas Públicas Urbanas e Ambientais,

Abstract

This paper discusses some intersectoral dilemmas between sectoral urban policies and CAP Settlements Upgrading slums, from the Guarituba settlement of urbanization of experience in the Metropolitan Region of Curitiba. Thus, the results make it possible interpretations of reality studied in order to broaden the understanding of the importance of intersectorialidade between public and government action policies in the short term from some diseconomies observed: political, economic, institutional and participatory. Thus, the search work contribute to the political and scientific debate on the importance of political intersectorialidade.

Keywords: Intersetorialidade Policy, CAP Settlements Urbanization Slums, Urban and Environmental Public Policy.

¹ Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (IAU/USP). Editor da Revista Políticas Públicas & Cidades desde 2014. E-mail: wesleyarquitetura@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os fenômenos urbanos após a industrialização determinaram as narrativas empíricas em torno das atividades humanas no espaço urbano de suas relações, de modo que a construção do pensamento urbano brasileiro passa a ter como interesse os processos socioespaciais no território. Esse fenômeno intensificou os estudos urbanos, que tomaram a ocupação dos centros urbanos do País como objeto de estudo à compreensão do todo social.

Os assentamentos precários como *locus* da ocupação do espaço urbano, simbolizam a imagem fragmentada desse fenômeno como configuração socioespacial da cidade, quando temos por elementos fundamentais as classes de baixa renda sem condições de acesso ao habitat urbano quantificável/ qualificado e o Estado como Instituição ausente na promoção desse sistema.

Ao tomarmos a atuação do Estado após criação do Ministério das Cidades (MC) em 2003 para reverter à lógica da exclusão que mantém essa condição, notamos a ausência de um estudo analítico sobre a relação intersetorial das políticas setoriais urbanas (territorial e habitacional) com as ações para urbanização de assentamentos precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Estudos desta natureza foram conduzidos por (MAGALHÃES, 2014), (REZENDE e TAQUEDA, 2014), (LIMA *et al*, 2014) (CORINA *et al*, 2014), cujas abordagens analíticas e discursivas tratam da intersectoriedade como desafio à efetividade das políticas públicas urbanas no contexto institucional do MC.

Assim, tomamos como o PAC Urbanização de Assentamentos Precários como ação governamental fundamentada pelas demais políticas públicas do MC para urbanizar, regularizar e requalificar áreas degradadas, promover as infraestruturas e serviços públicos e o habitat urbano de maneira articulada as demais políticas públicas de promoção ao direito à cidade (BRAZ, 2013;

BRASIL, 2009; DOMINGUES *et al*, 2009). O Objeto de estudo é o assentamento precário Guarituba no município de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Desse modo, o primeiro objetivo da pesquisa foi analisar se as ações do PAC para o Guarituba se relacionam com a política territorial e habitacional do Município de Piraquara. O segundo foi evidenciar dilemas que caracterizam relações políticas entre uma ação governamental em curto prazo (PAC urbanização de assentamentos Precários) e políticas públicas urbanas setoriais (territorial e habitacional). Os resultados contribuem para discussões em curso sobre a importância da intersectoriedade e, principalmente, quais conflitos e deseconomias permeiam as relações entre programas governamentais em curto prazo e políticas setoriais.

Por tanto, este artigo está definido em quatro partes:

1. Fundamentação sobre o tema da intersectoriedade política;
2. Desenvolvimento dos procedimentos metodológicos;
3. Discussão dos dilemas evidenciados; e
4. Considerações finais.

A INTERSETORIEDADE ENTRE POLÍTICAS URBANAS

Na última década a cultura das políticas públicas tem sido um dos momentos marcantes dos Governos Pós-Neoliberais (2003-2014), constituindo-se um dos pilares fundamentais para (re) estruturar o papel do Estado de bem-estar social. Se por um lado pode-se traçar uma leitura otimista, por outro se coloca em questão até onde a Gestão Urbana tem condições de programar essas políticas.

Em meio a essa dualidade, no campo das políticas públicas urbanas a intersectoriedade tem tomado o debate político sobre a importância de integrar as principais políticas que atuam sobre a cidade. Esta ideia surge das deseconomias identificadas pela ausência do diálogo entre os desenhos de atuação (planos, legislações, programas, ações e atividades) e, principalmente, as relações das instituições políticas e financeiras.

Em 2013, o Conselho Nacional das Cidades junto ao MC fomentaram na conferência das cidades, entre Estados e Municípios, a discussão do eixo temático: instrumentos e políticas de integração intersectorial e territorial, como procedimento para a construção dos instrumentos indispensáveis ao desenho político do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano².

No âmbito da conferência, a intersectoriedade foi compreendida como condicionante para a efetividade dessas políticas em suas principais fases, diminuindo riscos internos/externos durante a implementação ou reavaliação do processo de planejamento. Esses riscos são imensuráveis, pois o espaço-tempo das fases é diferente do imenso conjunto de variáveis, elementos e sistemas que atuam junto à dinâmica socioespacial da cidade (SANTOS, 2012) e, por isso, instrumentos de articulação política podem diminuir controvérsias e possibilitar a eficácia da gestão e das políticas públicas.

Com origem na administração pública, esta noção está relacionada à fragmentação da tomada de decisões, onde cada política atua em campos diferentes, com processos, tomadas de decisões e avaliações divergentes, distanciando os princípios da integração política e participativa, o que diminui a eficácia dessas políticas (NASCIMENTO, 2010; JUNQUEIRA, 1998).

Levando em consideração a última década e os avanços na construção das políticas públicas urbanas (MARICATO, 2006; ROLNIK, 2006; SCHVARBERG, 2013) a intersectoriedade parece emergir como campo onde as políticas setoriais integram-se em meio às dificuldades da

² O SNDU está em processo de construção desde a primeira conferência em 2003. Seu principal objetivo é integrar as diversas políticas públicas da cidade.

gestão urbana em lidar com tantas políticas setoriais e programas de governo em curto prazo.

Sobre esta visão Tumelero (2013, p.1) conceitua a intersectoriedade política como:

Possibilidade de superação de práticas fragmentárias ou sobrepostas na relação com os usuários de serviços estatais, ou mesmo de serviços ofertados por organizações privadas sob iniciativas da sociedade civil ou de fundações empresariais. No campo das produções intelectuais a intersectorialidade é identificada em sua problematização conceitual, sob análises de características gerenciais nas teorias da administração pública e em debates acerca das finalidades de seu uso sob o ponto de vista ético, político e de projetos societários. (TUMELERO, 2013, p. 1).

É neste reconhecimento que a intersectoriedade política aparece na literatura como estratégia para integrar e articular as políticas públicas de uma determinada dimensão do planejamento da cidade e como modelo à gestão de suas capacidades institucionais, intelectuais e técnicas para promover o desenvolvimento e crescimento dos setores e serviços urbanos (COMERLATTO *et al*, 2007; MONNERAT E SOUZA, 2010; SILVA, 2008, GARAJAU, 2013).

Dessa perspectiva, a criação do Ministério das Cidades representa um marco institucional na integração das políticas públicas urbanas de habitação, saneamento, mobilidade urbana e transporte tendo na política territorial seu eixo condutor. Ao mesmo tempo, o PAC surge como ação governamental canalizando as diretrizes dessas políticas, e criando as condições a um processo de destituição do planejamento, pois sua essência é desburocratizar os canais dos processos decisórios. Frey (2000) entende que estas relações possíveis estão relacionadas ao espaço-tempo constitucional de um Governo.

Desta maneira, a avaliação de políticas públicas compreende um processo importante para o entendimento do planejamento político, institucional e participativo, de modo que seja possível a evidência dos conflitos e como a intersectoriedade pode operar na mitigação dessas inconsistências (FERNANDES *et al*, 2013).

O GUARITUBA COMO QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL NO CONTEXTO METROPOLITANO DE CURITIBA

Neste cenário nacional é que está envolvido o objeto de estudo, o Guarituba, maior assentamento precário da Região Metropolitana de Curitiba, no município de Piraquara. Seu processo de ocupação aconteceu de forma irregular, sob uma extensa área não passível à urbanização, por estar localizado em um solo sobreposto a uma malha subterrânea hídrica dos mananciais de abastecimento público da grande Curitiba (PELLIZZARO *et al*, 2008).

O rápido aumento da mancha urbana e do contingente populacional consolidou, de um lado, a questão urbana pela ausência das infraestruturas urbanas, sociais e respectivos serviços públicos, de outro, o aumento dos riscos ambientais. Estudos realizados por Geraldi (2010) evidencia uma população de 44 mil habitantes de baixa renda vivendo em condições precárias.

Ademais, o modo de ocupação interiorizada no Guarituba sem presença do Estado, estabeleceu o cenário das desigualdades de acesso à cidade formal sem ações políticas capazes de entender e enfrentar este fenômeno. Surge como resposta à mitigação dos impactos diversos, o PAC Urbanização de Assentamentos Precários (PAC Guarituba)³. Esse vem sendo um dos principais mecanismos governamentais dos três poderes em atuação na RMC convergindo para superação do déficit habitacional no contexto municipal e metropolitano.

No momento que a urbanização do Guarituba inicia e se amplia, surge a questão da intersetorialidade entre as políticas públicas urbanas, pois em Piraquara existe uma série de políticas (habitação, físico territorial, ambiental, fundiária e social) para mitigar a precariedade do assentamento associadas ainda às metropolitanas (ambiental e físico territorial).

³ O Programa teve início em 2007, finalizado sua execução entre 2013 e 2014. Faltam ainda projetos de requalificação ambiental de áreas degradadas.

Procedimentos metodológicos

A construção deste artigo resulta da experiência do autor na fase de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social e participação na elaboração do Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, respectivamente em 2012, associada à análise de conteúdo. O desenvolvimento da análise possibilitou uma leitura dos conflitos do PAC Urbanização de Assentamentos Precários em relação à Política Urbana de Ordenamento Territorial Municipal, cujos dilemas evidenciados interpretam a intersectoriedade política como fio condutor à mitigação das deseconomias entre políticas urbanas setoriais e ações governamentais em curto prazo. Embora tenhamos dissociado, sabemos que as ações em curto prazo também são políticas públicas urbanas, trata-se apenas de entender as políticas setoriais enquanto conjunto de diretrizes que podem orientar as ações.

Fases da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida tendo na abordagem exploratória qualitativa sua natureza metodológica em relação aos objetivos. Assim, a primeira etapa corresponde ao primeiro objetivo: analisar se as ações do PAC para o Guarituba se relacionam com a política territorial e habitacional do Município de Piraquara. Para tanto, a abordagem qualitativa do problema teve como objetivo descrever associações ou dissociações entre ações do PAC, Plano Diretor Municipal de Piraquara (LEI nº. 854/2006) e Plano de Habitação e Regularização Fundiária, tendo na análise documental o procedimento adotado, sendo possível contextualizar a dimensão de quais estratégias são previstas para mitigar a precariedade do Guarituba, onde se observou os dilemas intersectoriais. Esta análise resultou em uma segunda etapa em relação ao segundo objetivo: evidenciar e discutir

dilemas que caracterizam relações políticas entre uma ação governamental em curto prazo (PAC urbanização de assentamentos Precários) e políticas públicas urbanas (territorial e habitacional). A sintetização dos dados e informações levantadas resultou nos seguintes eixos de discussão e posterior elaboração deste artigo:

1. Estratégias políticas previstas após diagnóstico do Guarituba pelas políticas locais;
2. Participação social no processo decisório das ações do PAC;
3. Ações executadas e conflitos evidenciados;
4. Gestão urbana e controle social do resultado das ações. Por fim, esses eixos foram discutidos como deseconomias entre as estratégias políticas previstas entre o Programa de Aceleração do Crescimento e as Políticas Públicas Urbanas.

Decodificando os dilemas

O desenho das políticas públicas setoriais analisadas converge a um processo de mitigação da questão urbana municipal, constituída no conjunto da ocupação urbana Guarituba, dentro de um contexto ambiental restritivo à expansão e ao adensamento urbano. Na construção desse processo, as políticas tratam o Guarituba como principal objeto de diagnóstico e planejamento urbano e habitacional, enquanto as ações do PAC sintetizam a “questão urbana e as soluções” sem o mesmo percurso metodológico.

Esse assentamento do ponto de vista dos estudos ambientais e dos marcos legais urbanos não está apto a um processo de urbanização permanente, pois significa colocar em risco os recursos ambientais e principalmente os mananciais de abastecimento público. Portanto, trata-se

de um aglomerado urbano ao qual o crescimento e desenvolvimento estão limitados pelas políticas públicas urbanas.

Assim, sintetizamos algumas leituras do PAC enquanto interpretação de seu caráter intersetorial dentro de uma perspectiva empírica e política, mesmo entendendo por este estudo que na prática sua execução signifique um conjunto de controvérsias diversas, das quais sintetizamos algumas evidências principais.

A capacidade do programa em articular diagnósticos e estratégias em curto e longo prazo das políticas urbanas seria um suporte necessário para que o produto final pudesse refletir o esforço da gestão urbana em construir políticas públicas articuladas à cidade e não de quem executa projetos com a leitura tecnicista.

O PAC Guarituba parte desse último pressuposto e desenvolve suas ações desvinculadas, fragmentadas e isoladas da compreensão do planejamento urbano e ambiental em curto e longo prazo. Os investimentos são aplicados em áreas não prioritárias a um processo de urbanização que dá margem à expansão e ao adensamento urbano, demandando do poder público local investimentos para contemplar a vida pública “legal”, ou o contrário. Por outro lado, existem zonas urbanas, aptas à construção e consolidação de um tecido urbano articulado ao centro. Essa experiência de urbanização desconstrói o esforço local na construção de suas políticas urbanas, seus processos participativos, sua institucionalidade e autonomia diante da possibilidade de garantir a promoção do direito à cidade de acordo com sua trajetória política e social.

Um cenário oposto, onde o diálogo intersetorial fosse possível, os recursos certamente poderiam ser investidos nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Delimitadas na Lei do Plano Diretor Municipal, essas zonas possuem áreas sem ocupação, algumas próximas aos serviços públicos e as principais centralidades de comércio, cultura, lazer, educação, transporte público e etc., ao contrário das áreas que receberam mais investimentos públicos pelo PAC, o que demanda

do poder público local, outro esforço pós-execução das ações em adotar infraestruturas para ofertar serviços públicos, enquanto poderia reestruturar as existentes para atender as demandas das ZEIS caso tivessem sido ocupadas. Tomamos como exemplo os recursos aplicados na produção habitacional em uma gleba suscetível à inundação, demandando altos investimentos⁴ em projetos especializados à contenção de riscos e drenagem urbana, segundo informações documentadas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)⁵.

O que levou a essas decisões permeia um campo de quais interesses? Ou está mais relacionado ao um marketing político? Questão difícil de responder, pois não existem ou não são acessíveis documentos sobre o processo participativo. Na prática, as relações qualitativas e quantitativas com as condicionantes ambientais, urbanísticas, paisagísticas, sociais, culturais e demográficas não são, neste estudo, evidenciadas como suporte material e imaterial no desenvolvimento, implementação e resultados esperados.

Observamos assim, um segundo caráter intersetorial que deveria ser uma realidade entre um grande Programa Governamental em curto prazo e políticas públicas urbanas setoriais – reduzir interesses políticos e ampliar a capacidade efetiva das decisões provenientes da política territorial, habitacional e de regularização fundiária do município. Ao contrário, da maneira como o programa se materializa, algumas deseconomias são observadas:

1. As políticas – os três poderes não conseguem construir uma política conjunta eficaz para mitigar questões emergenciais, estabelecendo um cenário prospectivo em relação a questão urbana central;

⁴ Os valores por projeto atualizados não foram acessados.

⁵ O PLHIS consultado não foi finalizado/aprovado e encontra se em nova fase de elaboração.

2. As econômicas – investimentos são aplicados para urbanizar áreas não passíveis a urbanização e sem equipamentos e serviços públicos urbanos e sociais, mesmo que seja possível a aplicação em zonas aptas e próximas a serviços públicos;
3. As institucionais – decisões políticas a nível federal superam o caráter funcional das instituições políticas municipais e estaduais, fragilizando não apenas a dimensão da gestão pública, mas a oportunidade dessa gestão construir uma experiência com a urbanização de assentamentos precários;
4. As participativas - já que as decisões fundamentadas em estratégias políticas em curto prazo estão fragmentadas do desenho em longo prazo e excluem não apenas as instituições políticas locais, mas também os movimentos populares e a própria população do processo decisório.

O discurso presente nos objetivos do programa não é de modo algum uma realidade na prática. Suas potencialidades estão muito mais no plano secundário do que uma força motriz para a mudança estrutural na questão urbana municipal. A ausência desse suporte fragiliza o desenho político do PAC Guarituba, ao buscar na regularização fundiária uma solução para irregularidade da terra; no conjunto habitacional uma reposta às áreas de risco ocupadas; no trabalho técnico social uma aproximação sociopolítica com os beneficiários e não à cidade, e na promoção das infraestruturas urbanas e sociais a inclusão da população local aos bens e serviços públicos necessários ao desenvolvimento das atividades humanas. Prevalcem assim, ações instrumentais dispersas, pontuais, influenciadas pela cultura da fragmentação das políticas públicas, das instituições políticas e dos três poderes.

Estas relações ignoram a capacidade do poder público local em realizar o controle social e urbano da área após finalização das ações de urbanização, terceira dimensão intersetorial que o programa poderia ter contemplado.

O diagnóstico do Plano Diretor Municipal sintetiza as dificuldades do poder público local em relação aos recursos humanos, estrutura física, tecnológica, institucional e de experiência para coordenar atividades de fiscalização e controle social das ocupações urbanas. Este deveria ser um momento crucial para que o projeto, mesmo discutível enquanto desenho político intersetorial, pudesse garantir a integridade física, política e social do espaço urbanizado conquistado, por meio:

1. Do acompanhamento das famílias;
2. Da integridade física e social do conjunto habitacional;
3. Da manutenção das áreas desocupadas;
4. Da fiscalização das irregularidades domiciliares de acesso à energia, água e principalmente do adensamento dos lotes regularizados.

Desta maneira, a construção das ações para alcançar os objetivos não estabelece diálogos com sua própria capacidade de integrar o desenho específico de cada política pública urbana, fragilizando ainda sua compreensão política e social dos modos de vida dos beneficiários em relação ao espaço de suas atividades humanas e os processos de construção/produção social do espaço urbano, vetores estes que deveriam perpassar as decisões e os resultados alcançados.

Por fim, a amplitude do programa não se articula aos interesses dos movimentos sociais do Município e Região, na análise documental, foi possível evidenciar a ausência de uma discussão das propostas com os movimentos sociais e com os técnicos municipais no sentido de criar este diálogo intersetorial sintetizado por este estudo.

Conclui-se não como verdade permanente, mas como experiência em curso, que o programa não está em sintonia direta com o interesse de quem vivencia a prática da realidade, com a dos gestores públicos, acadêmicos, movimentos sociais, instituições internas e externas e nem mesmo com as conferências das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos metodológicos adotados para identificarmos quais dilemas permeiam o conjunto de ações do PAC Urbanização de Assentamentos Precários em relação ao desenho das políticas públicas municipais no contexto do objeto de estudo, possibilitaram uma leitura empírica da realidade estudada de modo a ampliarmos as compreensões da importância da intersectorialidade entre políticas públicas e ações Governamentais em curto prazo.

Reconhecemos que o programa analisado proporciona um cenário de mudanças ao cenário da precariedade urbana no assentamento Guarituba, que seu impacto se estende à imagem da cidade ao mitigar as vulnerabilidades urbanas e sociais que marcam a vida desses espaços dentro da cidade. Não reconhecer seu impacto seria assumir uma visão pessimista, onde o programa pouco ou nada tem a contribuir para promoção do direito a cidade. Por outro lado, o modelo de urbanização ao concretizar-se apenas pela emergência, desvinculado das demais políticas públicas urbanas (territorial e habitacional) assume deseconomias políticas que se fossem evitadas, possibilitariam cenários mais otimistas, mesmo que ainda com deseconomias, tendo em vista que seria utópico imaginar políticas públicas cem por cento eficazes.

Dessa maneira, consideramos a inexistência da intersectorialidade como prática política. Argumentamos sua ausência como forma de deseconomias das capacidades políticas, institucionais, participativas e financeiras das estruturas políticas de governança e governabilidade

municipal. Ao deixar de lado as potencialidades das políticas públicas, o programa traz uma questão que precisa ser entendida pela academia, pelos movimentos urbanos, pelos governos e pelas instituições políticas: qual o papel do Ministério das Cidades, se o PAC inverte a lógica da implementação das políticas urbanas por ele fomentadas? Não se pretende responder a indagação, mas deixá-la como contribuição a construção de trabalhos que busquem entender as relações políticas e institucionais do Governo e Estado.

Logo, este trabalho se constitui como contribuição ao debate científico e político sobre a ausência do diálogo entre políticas públicas e a necessidade da interação dos conceitos e boas práticas urbanas para urbanização, controle urbano e social das intervenções em aglomerados precários e, principalmente, visto a importância do processo de construção social do espaço urbano pelos modos de vida locais para que as ações do PAC Urbanização de Assentamentos Precários possam consolidar novas experiências de desenvolvimento urbano e gestão pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL, M. C. **Ministério das Cidades: resultados, projeções e ações**. Brasília - DF: Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Cidades, 2009. 123 p.

BRAZ, E.C. A. **Avaliação das obras do PAC a partir do "modelo lógico do projeto"**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1118:catid=28&Itemid=23> acessado em 26 de agosto de 2013.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná. **Cronograma de obras do Programa de Aceleração do Crescimento.** Disponível em <http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112> > acessado em 26 de agosto de 2013.

_____. **Plano de recuperação ambiental e urbanização do Guarituba.** Curitiba: Cohapar, 2007a.

CORINA, A. B. C. R.; NASCIMENTO, I. S.; BOEIRA, J. G.; SOUZA, P. M. R.; JUNIOR, T. S.

Limites e avanços na intersetorialidade do programa Família Paranaense sob a ótica da Habitação Social. In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

COMERLATTO, D.; COLLISELLI, L. ; KLEBA, M. E. ; MATIELLO, A. ; RENK, E. C. **Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.** Revista *Katalysis*, v. 10, p. 265-271, 2007.

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Disponível em < <http://www.comec.pr.gov.br/>> acessado em 22 de julho de 2014.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, R. W. **Infraestrutura, Crescimento e Desigualdade Regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais.** Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (IPEA). (Rio de Janeiro), v. 39, p. 121-158, 2009.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J. **Desafios para implementação de políticas públicas: intersetorialidade e regionalização.** In: VI Congresso Nacional de Secretários de Estado da Administração, Brasília, 2013.

GERALDI, J. **Entre o real e o percebido: moradia e meio ambiente na Região Metropolitana de Curitiba - o caso do Projeto Novo Guarituba.** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, p. 213-228, 2010.

GARAJAU, N. **REFLEXÕES SOBRE A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO SOCIAL.** In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013, Belo Horizonte. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

JUNQUEIRA, L. A. P. **Descentralização e Intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal.** RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 11-22, 1998.

LIMA, C. H.; ABLA, M.; ANDREOLI, M. C. **Grandes estruturas do PAC em favelas: o caso do teleférico do Alemão.** In: I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014, São Bernardo do Campo. In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

LEITÃO, S. **Inclusão do excluído? Política de mobilidade e dinâmica do mercado de terras na expansão da Curitiba MetrÓpole.** 2010. 300 f. Tese Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.

MAZZOTTI, A. J. A. **Usos e abusos dos estudos de caso.** Revista Cadernos de Pesquisa, v.36, n.129. p. 637-651, 2006.

MARICATO, E. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano: Cidades brasileiras: a matriz patrimonialista.** Boletim Políticas Sociais (IPEA), v. 12, p. 211-220, 2006.

_____. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. . **Política Social e Intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos.** Ser Social (UnB), v. 12, p. 200-220, 2010.

MAGALHÃES, A. F. **A Urbanização de Favelas e seus Corolários: a introdução da legislação de uso do solo em Favelas "Urbanizadas".** In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

NASCIMENTO, S. **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as Políticas Públicas.** Serviço Social & Sociedade, v. 101, p. 95-120, 2010.

REZENDE, H. D.; TAQUEDA, J. C. **Do Centro à Ponta: desdobramentos da Política Habitacional no município de Taboão da Serra (2005-2012).** In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

ROLNIK, R. **Exclusão Territorial e Violência.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n.4, 1999.

_____. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o País – avanços e desafios.** Boletim Políticas Sociais (IPEA), v. 12, n. 12, p. 199-210, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 120.

SILVA, Gustavo Tavares da. **Políticas públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado**. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 19, p. 81-97, 2008.

SCHVARSBURG, B. **Instrumentos do Estatuto da Cidade: planejamento urbano e plano diretor (curso a distância)**. Ministério das Cidades, Brasília - DF, p. 1-32, 2013.

_____. **Aplicação dos instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade**. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

TERBECK, M. I. **Caracterização do município de Piraquara**. Disponível em <http://www.cau.ufpr.br/lahurb/arquivos/dissertacao/Caracterizacao_%20Municipio_Piraquara.pdf> acessado em 26 de setembro de 2013.

ULTRAMARI, C; FIRKOWSKI, O. L. C. F. **Sobre mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira**. Revista Mercator. Fortaleza, v. 1, p. 73-88, 2012.

ZUQUIM, M. L. **Avanços e retrocessos de modelos de intervenção urbanística em assentamentos precários: a experiência de Cubatão, SP**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, n. 1, Rio de Janeiro, 2010.

*Trabalho enviado em 14 de fevereiro de 2015.
Aceito em 17 de março de 2015.*